

V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas



LUSOCONF 2023

LIVRO DE ATAS **Proceedings**

Editores:

Carla Sofia Araújo
Ana Paula Monte
Paula Odete Fernandes
João Sérgio Sousa
Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança
julho de 2024

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2023

V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas

Editores

Carla Sofia Araújo

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Ana Paula Monte

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Paula Odete Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

João Sérgio Sousa

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Suporte técnico

Clarisse Pais, Serviços de Documentação e Bibliotecas, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

Data de edição: julho de 2024

ISBN: 978-972-745-328-3

DOI: 10.34620/978-972-745-328-3

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/25534>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt

Índice

Comissão Científica	iii
Comissão Organizadora	vi
Programa Geral do LUSOCONF2023	viii
Organizadores, Patrocinadores e Colaboração	x
Nota de apresentação do LUSOCONF2023 e Mensagem do Diretor da ESE-IPB	xi
Artigos	1
A01 Um estudo de painel sobre a palatalização de /t/ e /d/: o papel das variáveis linguísticas	2
A panel study on the palatalization of /t/ and /d/: the role of the linguistic variables	
A02 Satisfação dos clientes e performance organizacional: estudo de caso numa empresa de consultadoria	13
Customer satisfaction and organisational performance: a case study in a consulting company	
A03 Importância do outsourcing no cumprimento das obrigações de relato em Juntas de Freguesia	31
Importance of outsourcing to comply with reporting obligations in Civil Parish: exploratory case study	
A04 Viagem a Portugal de José Saramago: costumes, arte, culinária e histórias	44
José Saramago's Viagem a Portugal: customs, art, cuisine and histories	
A05 Os Simples de Guerra Junqueiro: uma expressão do país religioso nos finais do século XIX?	52
Os Simples by Guerra Junqueiro: an expression of the religious country at the end of the 19th century?	
A06 Raul Bopp: um estilo de vida e escrita antropofágica	59
Raul Bopp: an anthropophagic lifestyle and writing	
A07 Caracterização das crianças talibé bissau-guineenses identificadas e reintegradas no ano 2022	68
Characterization of Bissau-Guinean talibé children identified and reintegrated in the year 2022	
A08 Avaliar competências linguísticas e consciência crítica intercultural no curso de PLE	78
Assessing language and critical intercultural awareness in the PFL course	
A09 Hospitalidade turística enquanto serviço versus a mesa de Emaus: percepções e representações	86
Tourist hospitality as a service versus the Emmaus table: perceptions and representations	
A10 Pedacos de poesia e prosa: quando a cooperação se faz significante	96
Pedacos de poesia e prosa: when cooperation becomes significant	
A11 Friso mútuo: um projeto de criação artística multidisciplinar	103
Friso mútuo: a multidisciplinary artistic creation project	
A12 As políticas públicas de património cultural em museus no Brasil	109
Public policies for cultural heritage in museums in Brazil	
A13 Tecnologias digitais e Alzheimer na perspetiva dos cuidadores formais	115
Digital technologies and Alzheimer's from the perspective of formal caregivers	
A14 A formação de professores de educação musical em Moçambique: algumas reflexões	123
Mozambique music education teacher training: some reflection	
A15 A importância de um plano estratégico no sucesso de uma organização	130
The importance of a strategic plan in the success of an organisation	
A16 O denominado "portunhol" da fronteira uruguaio-brasileira, uma variedade linguística (quase)	141
The so-called "portunhol" of the Uruguayan-Brazilian border, a linguistic variety (almost) ...	
A17 Falar para aprender: ditado cooperativo e aprendizagem da ortografia	152
Talk to learn: cooperative dictation and orthography learning	
A18 Trabalhar a temática dos refugiados com base na literatura	175
Approaching the theme of refugees based on the literature	
A19 "Frio" de João António: o abandono social como consequência da Colonialidade	183
"Frio" by João António: social abandonment as a consequence of Coloniality	
A20 Os elementos semióticos e a sua produtividade na narrativa vergiliana	190
The semiotics elements and their productivity in vergil's narrative	
A21 Plano de negócios para um Alojamento Local na região transmontana: criação da empresa RTT	198
Business plan for a Local Accommodation in the Transmontana Region: creation of the company RTT	
A22 Plano de negócios para a venda de chá online	207
Business plan for selling tea online	
A23 Plano de Negócio para empresa de tradução e interpretação na Guiné-Bissau	216
Business Plan for a translation and interpretation company in Guinea Bissau	
A24 Cultivar a empatia com o livro-álbum contemporâneo	225
Cultivating empathy with the contemporary picturebook	
A25 Estratégias de cortesia na produção de pedidos em português europeu	232
Politeness strategies of requests in European Portuguese	
A26 O texto literário ao serviço do ensino do Português em contextos multilingues	243
Literary text at the service of Portuguese teaching in multilingual contexts	
A27 Estudo prospectivo sobre economia circular na ótica da academia portuguesa	258
Prospective study on circular economy from the perspective of the portuguese academia	
A28 Análise comparativa de política de gestão de resíduos urbanos: o caso do Brasil e Portugal	266
Comparative analysis of municipal waste management policy: the case of Brazil and Portugal	
A29 Os desafios económicos de S. Tomé e Príncipe na 1ª república portuguesa	276
The economic challenges of Sao Tome and Principe in the 1st Portuguese Republic	
A30 O cinema como estratégia na educação antirracista - estudo de caso português	285
Cinema as a strategy in anti-racist education - a Portuguese case study	
A31 A nossa antropofagia	291
Our anthropophagy	
A32 Wordle em Português: torna o português acessível para estudantes de língua estrangeira	300
Wordle in Portuguese: making Portuguese accessible for foreign language learners	
A33 Proteção de Dados Pessoais: investigação no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	307
Personal Data Protection: research in the master's degree in Professional and Technological Education	
A34 Acesso ao crédito bancário por parte das PME em Cabo Verde	316
Access to bank credit by SMEs in Cape Verde	
A35 Literatura infantil cabo-verdiana: memória em a cruz do Rufino de Fátima Bettencourt	332
Cape Verdean children's literature: memory in a cruz do Rufino by Fátima Bettencourt	
A36 Estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade	339
Lexical study of the poetry of Eugénio de Andrade	

Nota de apresentação do LUSOCONF2023

O Instituto Politécnico de Bragança (IPB), mais uma vez, abre as suas portas à comunidade académica de diversas áreas científicas e latitudes, através da 5.^a edição do LUSOCONF, o V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas (LUSOCONF2023).

Este Encontro é organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança em parceria com a Câmara Municipal de Bragança, tendo como objetivo fundamental contribuir para o avanço científico dos estudos em Língua Portuguesa e Relações Lusófonas e contando com a intervenção de docentes do departamento de Português da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (ESEB), docentes de vários departamentos da ESEB e docentes de todas as escolas do IPB. Neste evento, participam também investigadores, professores, estudantes do ensino superior e membros de direção e de gestão de instituições das áreas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas.

O Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas assenta numa lógica multidisciplinar, patente nos nove eixos temáticos propostos.

Prosseguindo com os objetivos das edições anteriores, o LUSOCONF2023 continua a ser um encontro para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões interdisciplinares sobre a Língua Portuguesa e as Relações Lusófonas, tendo esta 5.^a edição como orientação temática as Migrações e Inclusão.

Temos plena convicção que o LUSOCONF2023, devido à elevada qualidade dos conferencistas convidados e ao interesse e à atualidade dos temas a abordar, será uma forma excelente de assinalar o quinto aniversário deste evento, que já vai na sua quinta edição, almejando sempre apresentar-se como um encontro de ideias desafiantes, tendo em vista o debate dinâmico e interventivo, e contribuindo para a compreensão e resposta às complexas problemáticas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas, num mundo cada vez mais instável e inseguro, onde o Português é, como assevera Aqualusa, a “língua de todos aqueles que a falam”.

O LUSOCONF2023 reúne conferencistas provenientes de diversas áreas científicas, que, certamente, contribuirão para múltiplas reflexões interdisciplinares acerca das Migrações e Inclusão, em tempos que nos impelem, mais do que nunca, a pôr-nos em causa e a enfrentar desafios que exigem respostas imediatas e que podem operar uma redefinição dos contornos do mundo de amanhã, reconhecendo hoje a urgência de atender ao apelo lançado pelo poeta homenageado nesta 5.^a edição do LUSOCONF, Eugénio de Andrade, no poema «Urgentemente»: “É urgente o amor / É urgente um barco no mar / É urgente destruir certas palavras, / ódio, solidão e crueldade, / alguns lamentos, muitas espadas. / É urgente inventar alegria, / multiplicar os beijos, as searas, / é urgente descobrir rosas e rios / e manhãs claras. / Cai o silêncio nos ombros e a luz / impura, até doer. / É urgente o amor, é urgente / permanecer.”

A finalizar esta breve nota de apresentação, a Comissão Organizadora agradece a todos os que tornam possível o LUSOCONF2023 e, em particular, aos conferencistas convidados e a todos os investigadores que nele participam.

Carla Araújo

P’la Coordenação do LUSOCONF2023

*Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico de Bragança*

Análise comparativa de política de gestão de resíduos urbanos: o caso do Brasil e Portugal

Comparative analysis of municipal waste management policy: the case of Brazil and Portugal

Veronica Fiorese de Lima¹, Christian Luiz da Silva², Sónia P. Nogueira³[\[0000-0002-8675-6102\]](https://orcid.org/0000-0002-8675-6102)
veronica.flima@hotmail.com, christiansilva@utfpr.edu.br, sonia@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal; Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

³Instituto Politécnico de Bragança, Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal.

Resumo. A política e gestão de resíduos urbanos, em que pese seja tema recorrente, os municípios, principalmente, os de pequeno porte não têm conseguido cumprir as metas e diretrizes dispostas. Tal constatação pode ser verificada inclusive em países e regiões diferentes, como Brasil e Portugal. No caso do Brasil, por meio da postergação de prazo para extinção de lixões, e Portugal distante das metas apresentadas pela União Europeia. O Paraná tem despendido esforços na elaboração de políticas públicas voltadas ao tratamento de resíduos sólidos. Contudo, em 2019, o Ministério Público do Paraná realizou a Operação Percola na região noroeste do Estado (56 municípios), em que mais de 90% das localidades estariam irregulares. Por sua vez, tem-se o cenário português, que apesar de, na década de 90, por meio do seu Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) I, obter êxito em extinguir suas lixeiras, fomentado modelos de gestão associativo, vem apresentando, nos últimos anos, dificuldade no cumprimento de suas metas traçadas no PERSU 2020+. Assim, esta pesquisa objetiva analisar a efetividade das políticas públicas de resíduos sólidos, em municípios de pequeno porte, a partir de uma análise comparativa de duas regiões. Aliado ao estudo de caso comparativo, a pesquisa adota uma revisão bibliográfica, normativa e documental, somada a observação participante. Concluiu-se que no Paraná não houve mudança de cenário com a política estadual, enquanto Portugal apresentou na aplicação dos PERSU I e II efetivo progresso, sendo que o PERSU 2020+ demonstra uma evolução mais lenta ou quase nula.

Palavras-Chave: Política pública, Estudo comparado, Programas de governo, Gestão de resíduos sólidos. Municípios pequenos porte.

Abstract. Urban waste policy and management, despite being a recurring theme, municipalities, especially small ones, have not been able to meet the goals and guidelines set forth. This finding can be verified even in different countries and regions, such as Brazil and Portugal. In the case of Brazil, through the postponement of the deadline for the extinction of landfills, and Portugal far from the goals presented by the European Union. Paraná has spent efforts in the elaboration of public policies aimed at the treatment of solid waste. However, in 2019, the Public Ministry of Paraná carried out Operation Percola in the northwest region of the State (56 municipalities), where more than 90% of the locations would be irregular. In turn, there is the Portuguese scenario, which, despite the fact that, in the 1990s, it was successful in extinguishing its dumps, fostering models of associative management, has been presenting, in recent years, difficulty in complying with of its goals outlined in the strategic plan for urban waste – PERSU 2020+. Thus, this research aims to analyze the effectiveness of public solid waste policies in small municipalities, based on a comparative analysis of two regions. Allied to the comparative case study, the research adopts a bibliographical, normative and documental review, added to participant observation. It was concluded that in Paraná there

was no change of scenery with the state policy, while Portugal presented in its 2 PERSU's effective progress, and the next two showed a slower evolution or null.

Keywords: Public policy analysis, Comparative study, Solid Waste management, small towns.

1 Introdução

As políticas públicas são segmentadas em diversos setores, como educação, saúde, meio ambiente. A política pública se dá por meio de ações afirmativas, pois diante de uma gama de demandas que a administração pública detém, é por meio de ações, que se verifica a política pública, de fato, acontecendo (Dye, 2013).

Este processo passa por:

- a) Identificação do problema: ganha projeção por grupos sociais, mídia ou atores políticos;
- b) Definição da agenda: se o tema é parte da política atual, avaliação dos custos e benefícios, bem como dos objetivos prioritários;
- c) Formulação de políticas públicas: define como a proposta de alternativas dentro do aparelho burocrático, baseada na ideologia do representante. As melhores são escolhidas em dois momentos: a decisão e a organização dos planos.

A partir desta contextualização, foi pesquisado as políticas públicas para resíduos sólidos, aos municípios de pequeno porte, que são os cenários mais desafiadores. Verifica-se a implementação de ações governamentais direcionada à política de resíduos urbanos, no Paraná, Brasil, porém não se traduzem em avanços e melhorias na gestão. Enquanto o cenário português, com novas metas nos planos estratégicos de resíduos urbanos e objetivos mais ambiciosos, por parte da União Europeia, o país não tem conseguido atingir seus índices e determinações de seus planos estratégicos.

Dentro deste escopo, classifica-se a pesquisa como um estudo de caso comparado, sendo uma investigação analítica e descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa. Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, documental e normativa (Gil, 2009; Oliveira & Passador, 2019). No que se refere à coleta de dados, que são mistos, relatórios anuais de resíduos urbanos, planos de resíduos urbanos, Lei Federal n.º 12.305/2010, Lei do estado do Paraná n.º 21.607/2021, para o caso do Brasil, e , o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e o Decreto-Lei n.º 102-D/2020 para Portugal.

Deste modo, será verificado se os programas e políticas públicas de resíduos sólidos destinados aos municípios de pequeno porte são aptos a auxiliar os cenários avaliados no cumprimento das metas de seus respectivos planos de resíduos.

2 Cenários em avaliação: Brasil e Portugal

Em ambos os cenários, os municípios são os que detêm a atribuição legal pela gestão de seus resíduos sólidos. Entretanto, este fator não impede que haja delegação ou concessão deste serviço. Além disso, no que tange ao modelo de gestão, os municípios são incentivados a realizar sua gestão de modo associativo, como já ocorre em Portugal, e no Brasil, e no Paraná este modelo é incentivado. Outra característica, comum aos dois cenários, é a predominância de municípios de até 5 mil habitantes, estão localizados no interior e detêm produção similar de resíduos.

Analisando outras premissas dos cenários, para avaliação de cada um, por meio de seus programas e planos, tem-se que Portugal iniciou seus planos estratégicos para resíduos sólidos, a partir da década de 90, ao passo que no cenário brasileiro, a política de resíduos passou a existir em 2010, e seu plano regional em 2018.

A partir deste contexto, foram analisados alguns aspectos dos planos, como no caso: modelo de gestão, disposição final (adequação e taxa de aterramento), e índice de reciclagem na recolha seletiva, apontando os programas existentes implementados e verificando eventual progressão ou cumprimento das metas contidas nos respectivos planos.

2.1 Entidade intermunicipal em Portugal: Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, S.A.

A empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. foi criada em 2002, a partir da junção de 3 associações de municípios, totalizando 13 municípios, sendo que apenas 2 municípios têm mais de 10 mil habitantes. A constituição desta entidade, que recebeu, por delegação dos municípios, a atribuição de gestão dos resíduos sólidos urbanos é denominada de Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), passando a ter diversas atribuições e responsabilidades perante os planos estratégicos de resíduos sólidos urbanos.

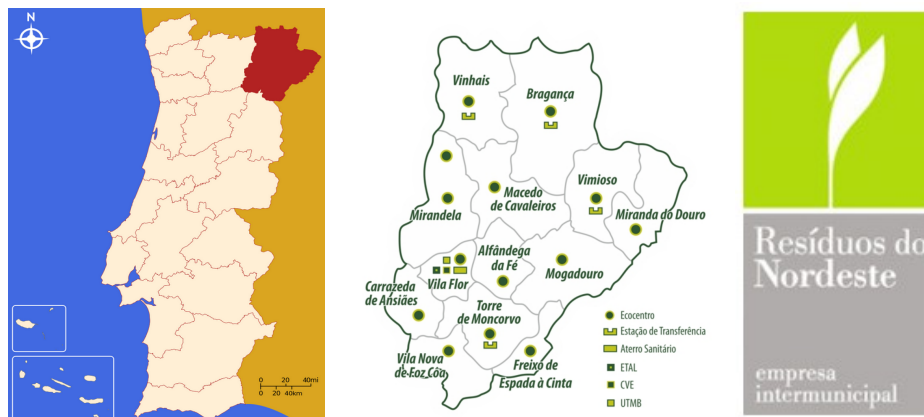


Figura 1: Localização da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.
 Fonte: https://www.ine.pt/xportal/ain?xpgid=ine_main&xpid=INE e <https://www.residuosdonordeste.pt>.

A criação desta entidade se deu através do primeiro PERSU, em que visando estruturar o setor e encerrar as lixeiras, Portugal condicionou o envio de recursos através de contratos de programas para os municípios ou associações municípios que se associassem para promoção de gestão regionalizada de resíduos, o que ocorreu em 2002, com encerramento de lixeiras e construção de unidades de transferências. Na sequência, com o PERSU II, a estação de tratamento de águas lixivantes e a centralização de um único aterro sanitário em funcionamento, além da implementação da recolha seletiva na região da EIM RN S/A.

Os PERSU 2020 e 2020+ buscaram aperfeiçoar os índices de reutilização e reciclagem e redução da taxa de aterramento. Para tanto, foi implementado, em 2013, uma Unidade de Triagem Mecânica e Biológico por Digestão Anaeróbia, que auxiliou significativamente os índices de reciclagem e aterramento. Contudo, a partir de 2017, notou-se que a população regional passou a reduzir, porém a taxa de aterramento aumentou e os percentuais de reciclagem passaram a oscilar. Por fim, tem-se que em 2021, foi instalado uma Unidade de Triagem de Recolha Seletiva, em que não foi possível mensurar seu desempenho, pois, por conta da pandemia sua operação passou a ocorrer no segundo semestre de 2022.



Figura 2: Linha do tempo da criação da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.
 Fonte: <https://www.residuosdonordeste.pt>.

Os programas existentes, durante os planos estratégicos de resíduos sólidos urbanos, se deram por meio de contratos-programas e Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), enquanto o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) possibilitou a execução de projetos obras no PERSU 2020 e 2020+. O PERSU2030 não foi alvo desta pesquisa, por ter sido aprovado (março/2023) em momento posterior desta pesquisa.

Tabela 1: Planos e programas existentes e suas implementações.

Plano/Programa	Cenário	O que foi idealizado?	O que foi feito
PERSU I/POVT	Falta de estrutura	Encerramento de lixões e regionalização para estruturação de um aterro sanitário	Encerramento do lixão e construção do aterro sanitário em Vila Flor e tratamento de chorume
PERSU II/POVT	Índices tímidos de reciclagem e taxa de aterramento expressiva		Construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico
PERSU 2020+/POSEUR	Necessidade de aperfeiçoamento dos índices de reciclagem, taxa de aterramento e tratamento específico para o bioresíduo		- Construção da Unidade de Triagem de embalagens oriunda da coleta seletiva - Adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico
PERSU 2030	Aperfeiçoar as taxas de reciclagem, reduzir a taxa de aterramento e separação do orgânico do rejeito.		

Fonte: Elaboração própria.

O POVT foi criado com o objetivo de financiar projetos que contribuam para a valorização do território português. Na área de resíduos sólidos, o programa financia projetos que visam a prevenção, a gestão e o tratamento de resíduos, incluindo a modernização dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos e a melhoria da gestão de resíduos em áreas de risco ambiental. Neste período, foram financiados projetos de construção e modernização de infraestrutura de tratamento e valorização de resíduos, como a instalação de ecocentros, aquisição de equipamentos de coleta seletiva, construção de centros de triagem, entre outros.

O POSEUR foi lançado, em Portugal, em 2014, com o objetivo de financiar projetos que promovam a sustentabilidade, a eficiência e efetividade no uso de recursos (estes últimos dois critérios foram uma das novidades do programa). Na área de resíduos sólidos, o programa visa à promoção da prevenção, da reciclagem e do tratamento de resíduos, bem como a gestão das unidades de tratamento e ações de sensibilização ambiental.

Tabela 2: Indicadores da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.

Indicadores/anos	2012	2013	2014*	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
População (mil)	140.440	139.454	x	135.808	134.021	132.584	131.571	131.571	x	128.796
Produção de resíduos urbanos (ton)	57.802	54.337	57.657	56.856	56.551	56.884	59.157	60.796	x	61.774
Disposição final aterro	92%	54%	x	52%	53%	62%	65%	63%	64%	64,15%
Reutilização e reciclagem	8%	11,0%**	x	14%	11,6%	10%	8%	9,4%	10,7%	11,80%

Nota: x – sem dados; *os dados referentes a 2014 não foram preenchidos completamente no relatório, **o aumento de 37% em relação ao ano anterior, correspondeu em aumento real de mais de 3%.

Fonte: Elaboração própria.

A tabela seguinte ilustra as metas traçadas no PERSU, para os anos 2025, 2030 e 2035.

Tabela 3: Metas definidas nos PERSU.

Indicador	Unidade	Situação	Meta a alcançar		
		2021	2025	2030	2035
		32% Portugal	55%	60%	65%

Tabela 4: Municípios que compõem a entidade intermunicipal Caiuá.

Municípios que compõem o CICA
1. Alto Paraná, 2. Amaporã, 3. Cruzeiro do Sul, 4. Florai, 5. Inajá, 6. Mirador, 7. Nova Aliança do Ivaí, 8. Paranapoema, 9. Paranaíba, 10. Presidente Castelo Branco, 11. Santo Antônio do Caiuá, 12. São Carlos do Ivaí, 13. São João do Caiuá, 14. Tamboara, 15. Terra Rica. 16. Jardim Olinda 17. Santa Inês 18. Uniflor

Fonte: Elaboração própria.

O estado do Paraná havia formulado, em 2018, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), com vigência de 20 anos, com revisão a cada 4 anos, que traçou um diagnóstico com objetivos e metas, a fim de aperfeiçoar o setor encerrando lixeiras, melhorando a reciclagem e a disposição final adequada. As metas foram divididas em curto, médio e longo prazo.

Tabela 5: Metas e indicadores do PERS.

META	INDICADOR	Prazo imediato (2018/2020)	Prazo curto (2021/2023)
Tem 100% dos municípios dispo de RSU adequadamente	% de municípios com disposição adequada	100%	100%
Ter 60% dos municípios do Estado integrando consórcios para disposição final de RSU	% de municípios dispo de RSU por meio de consórcio intermunicipal	12%	20%
Universalizar o atendimento com coleta regular de resíduos sólidos domiciliares	% de municípios com atendimento de 100% da população total com coleta seletiva recicláveis	15%	30%

Fonte: Elaboração própria.

O consórcio CICA formulou, em 2020, um plano com várias metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão e tratamento de resíduos sólidos. Para alcançar este objetivo, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), apresentou metas de prazo imediato, curto, médio e longo prazo.

Para esta pesquisa foram utilizadas as metas de prazo imediato no PIGIRS, e metas de curto prazo no PERS, pois ambas se encerram em 2023. Os indicadores e metas analisados foram: encerramento de lixeiras, regionalização da gestão e a reciclagem (Tabela 6).

Tabela 6: Metas e indicadores do PIGIRS.

CENÁRIO ATUAL	META	INDICADOR	Prazo imediato (2021/2023)
93% dos municípios possuem destinação consorciada de RSU	Ter 100% municípios com destinação consorciada de RSU	% de municípios com destinação consorciada de RSU	100%
Existência de 2 lixões em Terra Rica	Ter 100% dos municípios dispo de resíduos sólidos urbanos adequadamente	% dos municípios dispo de resíduos sólidos urbanos adequadamente	100%
A composição dos resíduos dispostos no aterro de Paranaíba é de 52% de resíduos orgânicos e 25% de recicláveis. Não há integração de nenhum aspecto da gestão municipal de resíduos sólidos entre os consorciados.	Reduzir em 20% a quantidade de resíduos sólidos urbanos destinada em aterro sanitário	% de resíduos sólidos urbanos dispostos para aterro sanitário com base no ano anterior	0%
Não há uma sistematização de coleta de dados sobre a eficiência da coleta seletiva	Atingir 25% de recicláveis coletados em relação ao total de resíduos coletados nos municípios	% de resíduos recicláveis coletados em relação ao total de resíduos coletados	10%

Inajá não possui coleta seletiva. Amaporã, Florai, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, e Tamboara não realizam coleta seletiva na área rural e os demais realizam parcialmente	Ter 100% dos municípios com coleta seletiva de recicláveis em todo o seu território	% de municípios com atendimento de 100% da população total com coleta seletiva de recicláveis	80%
--	---	---	------------

Fonte: Elaboração própria.

Assim, constata-se os seguintes objetivos:

- Meta do PERS: ter disposição final adequada no estado até 2023 e 60% do estado com gestão consorciada/regionalizada até 2038;

- Meta do PIGIRS até 2023: encerrar integralmente as lixeiras (100%), regionalizar a gestão de RSU em Paranaíba (100%), implementação de coleta seletiva em municípios faltantes (80%) e obtenção de dados sistematizados da reciclagem (10%)

No que se refere a estas metas e os programas idealizados, foi possível verificar que desde o surgimento do PERS, o governo do estado do Paraná passou a apresentar o Projeto Consórcios Regionais e o Programa Patrulha Ambiental (Paraná Sem lixões e Reciclo Mais).

No primeiro caso, o “Projeto Consórcios Regionais” visa a auxiliar os municípios, por meio do suporte técnico e jurídico aos municípios, principalmente os de pequeno porte, que apresentavam carência de corpo técnico. Além disso, o projeto visava incentivar e conscientizar os municípios da importância da gestão associada, bem como priorizar recursos, quando possível, aos consórcios intermunicipais, de acordo com as leis federais e estaduais do local (Lei Federal 12.305/2010 e Lei Estadual 20.607/2021).

No cenário avaliado, verificou-se atendimento ao local informando os municípios dos benefícios da gestão regionalizada, bem como atendimento do corpo técnico estadual, para auxiliar nos encaminhamentos de uma gestão regionalizada e salientar a prioridade na obtenção de recursos.

Já no segundo caso, a Patrulha Ambiental⁷⁰ é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest) e Instituto Água e Terra (IAT) que realiza a entrega de equipamentos/recursos para auxiliar os municípios na gestão de resíduos sólidos, por meio de convênios firmados. O estado do Paraná promove a tratativa com o município, condicionando uma contrapartida financeira dos mesmos de 5% em ações de educação ambiental. A prioridade é destinada aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. Este programa encaminhou 23 equipamentos aos municípios consorciados. Entretanto, os respectivos programas não possibilitaram a candidatura de entidades intermunicipais, como o consórcio.

Após os programas e projetos implementados na região avaliada, foi possível verificar que não houve inclusão no rol de entidades aptas do consórcio intermunicipal, para recebimento de equipamentos. No que se refere à reciclagem e coleta seletiva, o programa de concessão de equipamentos foi viabilizado, apenas para os municípios, não sendo, por isso, possível constatar um desenvolvimento ou progresso nos índices, apresentados pelo PERS e PIGIRS, devido à ausência de dados, exceto a implementação da coleta seletiva no município de Inajá. Por fim, em relação à destinação final adequada não houve mudanças no cenário, como a centralização da gestão e tratamento para Paranaíba, sob direção do consórcio. Não houve também o encerramento do lixão (Terra Rica), sendo que o mesmo se encontra em processo de encerramento.

3 Análise comparativa

Após algumas diferenças já identificadas e abordadas, ciente das particularidades de cada cenário avaliado e do momento distinto que se encontram, foi possível tecer algumas considerações e comparações:

Fontes de custeio permanentes: Em Portugal, os programas e projetos de gestão de resíduos sólidos urbanos são financiados, predominantemente, por meio de fundos nacionais e europeus, além de taxas e tarifas cobradas aos usuários do serviço. No Brasil, os municípios também são responsáveis por implementar cobrança à gestão de resíduos sólidos, mas a cobrança ainda não é algo integralmente implementado.

O fator recursal tem se apresentado como um forte indicador de impedimento para o cumprimento de metas no cenário brasileiro (consórcio CICA), é a existência de tarifa sustentável cobrada aos

⁷⁰ Instituto Água e Terra. Municípios do Paraná recebem mais 208 caminhões do projeto Patrulha Ambiental. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-recebem-mais-208-caminhoes-do-projeto-Patrulha-Ambiental..>

municípios, que garante a manutenção e custeios básicos. O Consórcio CICA, no Paraná, detém alguns municípios com tarifação e custeio para o serviço de resíduos, mas nenhum possui uma taxação sustentável e suficiente⁷¹.

Na empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., o índice pode variar entre os utilizadores, conforme a localidade, tendo em vista, que os municípios fornecem subsídios a este valor, implicando em diferenças tarifárias locais. Contudo, outros valores na gestão dos resíduos urbanos se encontram defasados, como por exemplo, o valor de venda de recicláveis, que não apresenta reajuste desde 2017. Além disso, Portugal, a empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., possui uma despesa expressiva, que é uma taxa sobre o aterramento de resíduos, que corresponde Taxa de Gestão de Resíduos, e detém um valor alto a empresa intermunicipal, cerca de 650 a 800 mil euros anual, conforme informações⁷² da entrevista em revista do Diretor Presidente da empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A..

Programas de governo e suporte de projetos governamentais: No que tange à dinâmica de implementação de políticas públicas para cumprimento dos planos e normativas, ao contrário da política pública paranaense, que é pautada mais em suporte técnico, por meio de auxílio do estado aos municípios, e em convênios de equipamentos padronizados, tem-se que Portugal, trabalha predominantemente, a partir de editais de chamamento público para financiamento, por meio de fundos comunitários, de Programas Operacionais Temáticos (POT) e de Programas Operacionais Regionais (POR), que visam promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial em Portugal.

Esses fundos comunitários são geridos por entidades nacionais, como o Fundo Ambiental, que distribuem recursos financeiros para os municípios e sistemas de gestão de resíduos urbanos, de acordo com critérios pré-definidos. Os programas basicamente existentes, desde 2007, em Portugal, são o POVT (vigorou até 2013) e, na sequência, o POSEUR. As candidaturas aos programas são avaliadas com base em critérios específicos, como a relevância para os objetivos do programa, a viabilidade técnica e financeira do projeto, inovação e replicabilidade, participação e envolvimento das partes interessadas, contribuição para a criação de emprego e crescimento econômico e o potencial impacto ambiental e social.

Já no cenário do Paraná, mais especificamente, no CICA, vários municípios receberam equipamentos para funcionalidades diversas na gestão e tratamento de resíduos. Tais convênios foram firmados, dando prioridade, tanto ao Programa Patrulha Ambiental, como o Reciclo Mais, aos municípios com IDH mais baixo, tendo como contrapartida o desenvolvimento de atividades municipais voltadas à educação ambiental, de pelo menos 5% do valor do convênio. Para os casos de equipamentos voltados às associações de catadores, tem-se a solicitação de Barracão de Reciclagem/Triagem.

Apesar da iniciativa de estímulo aos municípios, principalmente os de pequeno porte, não houve a possibilidade de candidatura destes convênios aos consórcios públicos. Constata-se que, em que pese haja um projeto voltado ao estímulo à regionalização e à legislação, tanto federal quanto estadual, afirmando a priorização de recursos para entidades municipais associadas (consórcios públicos), não foi possível perceber este movimento no Programa Patrulha Ambiental e Reciclo Mais, nos convênios firmados nos últimos 4 anos, uma vez que as associações ou consórcio de municípios não podiam se habilitar para recebimento de equipamentos.

Tabela 7: Tabela síntese dos cenários comparados.

	Responsabilidade pela gestão	Fontes de custeio permanentes	Contexto legal e histórico dos locais	Programas de governo e suporte governamental
EIM RN (PT)	- Municípios (autarquias locais) - Delegação aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (compostos pelas autarquias,	- Cobrança pelo serviço de RSU. - Cobrança pelo aterro sanitário	- Portugal iniciou sua movimentação e articulação na política de resíduos, da década de 90, condicionando envio de recursos a gestão associada;	- Editais de chamamento público, para projetos, estudos e obras, subsidiado por fundos comunitários.

⁷¹ Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, PIGIRS, volume 4, 2020.

⁷² Resíduos do Nordeste. (s.d.). Notícias. Acedido em 01-julho-2023. Disponível em: <https://www.residuosdonordeste.pt/noticias/223>

	associações e governo central)		<ul style="list-style-type: none"> - Planos Estratégicos para Resíduos Urbanos foram elaborados (média de 06 a 09 anos), apresentando metas e editais de chamamento público foram formulados; - EIM RN S/A surgiu em 2002. 	
CICA (BR)	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios - Presença de consórcios públicos para execução do serviço 	<ul style="list-style-type: none"> - Cobrança pelo serviço de RSU, mas não em todos os municípios. Nenhuma tarifa apresenta valor sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil lança sua política específica para resíduos em 2010; - O PR apresentou seu plano em 2018, a região avaliada 2020; - Programas de recursos para municípios, sem inclusão de consórcios. Predomínio de equipamentos padronizados. Projetos de governo que fomentam consórcios, mas não o priorizam financeiramente; 	<p>Não há regularidade em programas. Apresenta maior incidência em um atendimento padronizado.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se ainda que a dinâmica de editais de chamamento público, apesar de ser possível e existente no Brasil e no Paraná, ainda é algo que progride lentamente. No caso do Paraná, esta dinâmica ainda não é percebida, pelo menos desde a existência do plano estadual ou intermunicipais de resíduos, que já vem recomendando ações neste sentido.

Além disso, verifica-se que os últimos editais, registrados pelo governo federal na temática de resíduos, muitas vezes não atendem a realidade regional, e até mesmo nacional, ao dispor requisitos de difícil cumprimento, como é o caso, do último edital de chamamento⁷³ federal de parceiras público privada para resíduos sólidos, que exigia um público-alvo superior a 200 mil habitantes, o que inibe muitas candidaturas, como por exemplo, do cenário avaliado no consórcio CICA, que apesar de ser o maior consórcio⁷⁴ da região de Paranaíba totalizando 18 municípios, por exemplo, sua população não ultrapassa mais que 173 mil habitantes, impedindo sua participação (os outros consórcio da região noroeste não ultrapassam 100 mil habitantes).

4 Conclusões

No cenário CICA, em que pese a concessão de equipamentos tenha sido viabilizada, apenas para os municípios, não foi possível constatar um desenvolvimento ou progresso nos índices, apresentados pelo PERS e PIGIRS, nos municípios da região, para reciclagem, devido à ausência de dados, exceto a implementação da coleta seletiva no município de Inajá, mas que assim como os outros municípios, não se tem dados específicos e detalhados acerca da reciclagem e coleta seletiva desde a edição do PIGIRS. Para a destinação final adequada, verificou-se que não houve mudanças no cenário, como a centralização da gestão e tratamento em único local, sob direção do consórcio, e o encerramento de lixão, que foi o caso do município de Terra Rica, que ainda se encontra em processo de encerramento.

Desta forma, a partir dos dados coletados, é possível afirmar que os projetos e programas de governo estadual, no Paraná, poderiam contemplar como beneficiário (requerente) a figura do ente consorciado, bem como disponibilizar acesso a recursos, conforme os próprios planos recomendam. Até porque, o

⁷³ Ministério da Economia. (s.d.). Caixa divulga edital. <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/caixa-divulga-credenciamento-para-contratacao-de-empresas-para-estruturacao-de-ppps-de-residuos-solidos-urbanos-apoiadas-pelo-fep-1>

⁷⁴ Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), 2018.

próprio estado possui um projeto voltado para associação de municípios e criação de consórcios, a fim de aperfeiçoar os modelos de gestão. Esta decisão de não incluir consórcios públicos na possibilidade de captação de recursos, acaba por desincentivar e desestimular outra política pública (projetos “consórcios regionais”), que o próprio governo organizou e fomentou.

Tal acréscimo de aptidão para candidatura não demanda complexidade e muitas diligências. E quanto à presença de um edital de chamamento público, seja para municípios, seja consórcios (com prioridade de acesso), isto possibilitaria o subsídio de projetos que estariam mais de acordo com a realidade local, já que nesta pesquisa ficou demonstrado a dificuldade dos municípios de pequeno porte em manter ou até mesmo custear estruturas de gestão adequada para o setor de resíduos.

Em relação a Portugal, as políticas públicas apresentadas, nos PERSU I e II, se mostraram efetivas no desenvolvimento substancial de seus índices analisados, aterramento e reciclagem. No que se refere aos PERSU, 2020 e 2020+, não houve uma progressão expressiva a partir de 2014, apresentando oscilações tímidas de seus percentuais. Além disso, um fator que chamou a atenção é que, a partir de 2017, a população da região passou a diminuir, entretanto, a produção de resíduos urbanos aumentou cerca de 8% até 2021, e o índice de aterramento também foi majorado em percentual similar.

Por fim, em Portugal, entende-se necessário uma ampliação de responsabilidade e atribuições na política de gestão de resíduos urbanos, a fim de promover uma dinâmica em que mais atores estejam envolvidos, no cumprimento e aperfeiçoamento das metas previstas nos PERSU. No cenário da empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., verifica-se que por mais que haja a possibilidade de candidatura de entidades diversas, este processo não tem se apresentado suficiente nos últimos anos, como se mostrou anteriormente, o que demanda um olhar distinto para a criação e modelagem de novos padrões de gestão e responsabilidade, não apenas na região nordeste do país, por meio da empresa intermunicipal avaliada, mas até mesmo, no país como um todo.

Referências

- Agência Portuguesa de Ambiente. (s.d.). Agência Portuguesa de Ambiente. Acedido em 01-julho-2021. Disponível em: <https://apambiente.pt/>
- Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. (s.d.). PIGIRS, 2020 (Volume 04). Acedido em 02-agosto-2022. Disponível em: https://www.consorciocica.com.br/noticiasView/1316_PIGIRS-CICA.html
- Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. (s.d.). Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. Acedido em 15-maio-2022. Disponível em: <https://www.consorciocica.com.br/>
- Conexão Ambiental. (s.d.). Conexão Ambiental. Acedido em 30-abril-2021. Disponível em: <http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Consortcios-regionais>
- Dye, T. R. (2013). *Understanding public policy*. 15th ed. Pearson. Florida State University.
- Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. (s.d.). Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. Acedido em 12-julho-2022. Disponível em: <https://www.residuosdonordeste.pt/noticias/223>
- GIL, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Água e Terra (s.d.). Municípios do Paraná recebem mais 208 caminhões do projeto Patrulha Ambiental. Acedido em 10-junho-2021. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-recebem-mais-208-caminhoes-do-projeto-Patrulha-Ambiental>
- Ministério da Economia (s.d.). Caixa divulga edital para contratação de empresas para estruturação de PPPs de Resíduos Sólidos Urbanos apoiadas pelo FEP. Acedido em 23-novembro-2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/caixa-divulga-credenciamento-para-contratacao-de-empresas-para-estruturacao-de-ppps-de-residuos-solidos-urbanos-apoiadas-pelo-fep-1>
- Ministério Público do Estado do Paraná (s.d.). Operação Percola resulta na aplicação de R\$ 600 mil em multas. Acedido em 07-março-2022. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Operacao-Percola-resulta-na-aplicacao-de-R-600-mil-em-multas>
- Oliveira, L. R. de, & Passador, C. S. (2019). *Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas*. Cadernos EBAPE.BR, 17(2), 324–337. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/69657>.
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos (2018). Acedido em 20-julho-2021. Disponível em: https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-06/3_relatorio_trimestral_paranaclima_mai2021_formatado.pdf